

## DEMONSTRATIVO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

### 1. ENTE

<b>Nome:</b>	Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante / RN	<b>CNPJ:</b>	08.079.402/0001-35
<b>Endereço:</b>	RUA ALEXANDRE CAVALCANTE	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	CENTRO	<b>CEP:</b>	59290-000
<b>Telefone:</b>	843278-3366	<b>Fax:</b>	
		<b>E-mail:</b>	GABINETECIVIL@SAOGONCALO.RN.GOV.BR

### 2. REPRESENTANTE LEGAL DO ENTE

<b>Nome:</b>	JAIME CALADO PEREIRA DOS SANTOS	<b>CPF:</b>	030.058.873-91
<b>Cargo:</b>	Prefeito	<b>Complemento do Cargo:</b>	
<b>E-mail:</b>	jaimecalado.iprev@saogoncalo.rn.gov.br	<b>Data Início de Gestão:</b>	01/01/2025

### 3. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL/MUNICÍPIO/UF

<b>Nome:</b>	Instituto de Previdência de São Gonçalo do Amarante	<b>CNPJ:</b>	11.447.510/0001-28
<b>Endereço:</b>	Rua Maria de Fatima Varela Inacio	<b>Complemento:</b>	61
<b>Bairro:</b>	Santa Terezinha	<b>CEP:</b>	59290-734
<b>Telefone:</b>	843278-3342	<b>Fax:</b>	
		<b>E-mail:</b>	IPREV@SAOGONCALO.RN.GOV.BR

### 4. REPRESENTANTE LEGAL DA UNIDADE GESTORA

<b>Nome:</b>	MICHELLE ARCANGELA SOUZA NORONHA	<b>CPF:</b>	021.437.684-27	<b>Data Início de Gestão:</b>	02/07/2009
<b>Cargo:</b>	Presidente	<b>Complemento do Cargo:</b>		<b>E-mail:</b>	michelle.noronha@hotmail.com
<b>Telefone:</b>		<b>Fax:</b>			

### 5. GESTOR DE RECURSOS

<b>Nome:</b>		<b>CPF:</b>		<b>Data Início de Gestão:</b>	
<b>Cargo:</b>		<b>Complemento do Cargo:</b>		<b>E-mail:</b>	
<b>Telefone:</b>		<b>Fax:</b>		<b>Validade Certificação:</b>	08/08/2017
<b>Entidade Certificadora:</b>	ANBIMA				

### 6. RESPONSÁVEL PELO ENVIO

<b>Nome:</b>	VITOR HUGO NOGUEIRA DA SILVA	<b>CPF:</b>	011.097.694-07
<b>Telefone:</b>	8403278-3342	<b>Fax:</b>	
<b>E-mail:</b>		<b>E-mail:</b>	vhns_20@hotmail.com
<b>Data de envio:</b>	19/08/2014	<b>[(Retificação)]</b>	

7. DEMONSTRATIVO

Exercício: 2014

Responsável pela Elaboração da Política de Investimentos:

VITOR HUGO NOGUEIRA DA SILVA

CPF: 011.097.694-07

Data da Elaboração: 31/12/2013

Data da ata de aprovação: 14/08/2014

Órgão superior competente: COMITE GESTOR DE INVESTIMENTOS

Meta de Rentabilidade dos Investimentos

Indexador: IPCA

Taxa de Juros: 6,00 %

Divulgação/Publicação:

( X ) Meio Eletrônico

( X ) Impresso

RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Alocação dos Recursos/Diversificação	Alocação dos recursos	
	Limite da Resolução %	Estratégia de Alocação %
<b>Renda Fixa - Art. 7º</b>		
Títulos Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7º, I, "a"	100,00	15,00
FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	100,00	80,00
Operações Compromissadas - Art. 7º, II	15,00	0,00
FI Renda Fixa/Referenciados RF - Art. 7º, III, a	80,00	30,00
FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV, a	30,00	5,00
Poupança - Art. 7º, V, a	20,00	20,00
FI em Direitos Creditórios – Aberto - Art. 7º, VI	15,00	5,00
FI em Direitos Creditórios – Fechado - Art. 7º, VII, a	5,00	5,00
FI Renda Fixa Crédito Privado - Art. 7º, VII, b	5,00	5,00
<b>Renda Variável - Art. 8º</b>		
FI Ações referenciados - Art. 8º, I	30,00	3,00
FI de Índices Referenciados em Ações - Art. 8º, II	20,00	0,00
FI em Ações - Art. 8º, III	15,00	15,00
FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV	5,00	3,00
FI em Participações - fechado - Art. 8º, V	5,00	5,00
FI Imobiliário - cotas negociadas em bolsa - Art. 8º, VI	5,00	3,00
<b>Total</b>		194,00

Declaro que o valor excedido do limite do somatório dos Segmentos "Renda Fixa" e "Renda Variável", está compatível com a Política de Investimentos aprovada pelas instâncias competentes e consolidada neste Demonstrativo, conforme documentos arquivados

## Cenário Macroeconômico e Análise Setorial para Investimentos

A presente Política de Investimentos está baseada nas avaliações do cenário econômico para o ano de 2014, tendo-se utilizado, para tanto, dados e cenários constantes do Relatório de Inflação, publicação do Comitê de Política Econômica – COPOM, <http://www4.bcb.gov.br/?RELINF> e o Relatório de Mercado - FOCUS, <http://www4.bcb.gov.br/pec/GCI/PORT/readout/readout.asp>, ambos na página do Banco Central do Brasil.

O Boletim Focus é um informe que relata as projeções do mercado com base em consulta a aproximadamente 100 (cem) instituições financeiras, e é divulgado semanalmente.

### Perspectiva 2014

O superávit da balança comercial brasileira em 2013 foi de apenas US\$ 2,5 bilhões. Não fossem as distorções causadas pelas operações da Petrobrás, o País teria registrado seu primeiro déficit comercial em 13 anos. Já o déficit em conta corrente, que inclui também as contas de serviços, deve ter fechado o ano em US\$ 80 bilhões (3,6% do PIB). O pior é que esses péssimos resultados nas contas externas ocorreram num ano em que o crescimento do PIB não deve ter alcançado mingua dos 2,5%, a inflação de preços livres superou o teto da meta de 6,5% (os administrados, como se sabe, estão virtualmente congelados) e houve expressiva deterioração das contas públicas.

Com esse legado macroeconômico, o Brasil em 2014 dependerá, crucialmente, não só de suas ações, mas também do bom desempenho das economias desenvolvidas e, evidentemente, também da China. Quanto maior for o diferencial (positivo) entre o crescimento médio dessas economias e o da brasileira, maior será o ajuste das nossas contas externas, sem pressões exageradas e desestabilizadoras sobre a taxa de câmbio.

Vejamos, então, as perspectivas para a economia global em 2014.

A China não deverá concorrer, na margem, para a elevação do crescimento mundial. Um cenário que me parece relativamente otimista é que a segunda economia do mundo cresça em torno de 7% e que as complexas reformas para o reequilíbrio macroeconômico do país se desenvolvam sem sobressaltos, o que, obviamente, não está garantido.

A zona do euro, sem ter resolvido seus intrincados problemas estruturais, que tornam sua economia pouco eficiente, continuará apresentando desempenho pífio. Segundo as projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI), a região crescerá 1% em 2014, após provável queda de 0,4% em 2013. Mas mesmo essa moderada recuperação se dará de forma extremamente desigual entre os Estados-membros, com a manutenção de taxas de desemprego insuportavelmente elevadas nos países periféricos. Portanto, não se podem descartar novas tensões econômicas e políticas na região.

O Japão desenvolve um arrojado programa de expansão monetária que já logrou depreciar o iene em mais de 30% nos últimos 12 meses, dando impulso ao setor exportador e reduzindo o risco de deflação. No lado oposto, no entanto, deverá apertar as contas públicas, com queda de dispêndio e aumento de tributos sobre as vendas, o que poderá debilitar ainda mais o já frágil consumo doméstico. Nada de brilhante, portanto, se deve esperar da terceira economia do mundo, cujo crescimento em 2014 não deve superar pífio 1%.

Todas as esperanças se concentram na economia norte-americana. De fato, 2013 mostrou números animadores, principalmente no final do ano. A taxa de desemprego caiu de 7,8%, no final de 2012, para 7%, atualmente.

Nos últimos 12 meses, os preços dos imóveis subiram quase 15%, enquanto o principal índice de ações do país (S&P 500) valorizou-se cerca de 30%. No terceiro trimestre do ano passado, o PIB cresceu à taxa anual de 4,1% sobre o trimestre anterior. Para 2014, a maior parte dos analistas espera que o crescimento econômico supere a marca de 3%.

Mas não há consenso quanto à sustentabilidade desse crescimento. Sem contar os pessimistas contumazes, há analistas de peso que enxergam com preocupação o futuro da economia estadunidense. Entre eles, merece destaque a opinião do ex-secretário do Tesouro, o renomado economista Lawrence Summers, que crê em queda estrutural da demanda interna por consumo e investimento.

Summers não acredita que a política monetária de juro zero atualmente praticada pelo banco central (Fed) seja eficiente e propõe o aumento do dispêndio público para ocupar a grande capacidade ociosa atualmente existente, concentrando os gastos em áreas que aumentem a produtividade da economia, tais como infraestrutura e educação. Mas o governo americano, em boa parte graças à força do Partido Republicano no Congresso, vem fazendo exatamente o contrário, ou seja, impondo ao país um duro e quiçá prematuro aperto fiscal.

Enquanto otimistas e pessimistas em relação ao crescimento econômico norte-americano se digladiam, o pior dos mundos para o Brasil é se ambos tiverem um pouco de razão. Explique-se: a política de juro zero poderia estar provocando valorização artificial no preço dos ativos e, portanto, gerando estímulos apenas temporários ao crescimento. Mas isso já seria suficiente para o mercado promover elevação ainda maior nos juros longos (títulos do Tesouro de prazo de dez anos), que já subiram de 1,5% ao ano, em maio do ano passado, para 3% ao ano, no momento em que este artigo estava sendo redigido.

Em tal cenário, aqui mencionado como uma possibilidade real, embora não como uma previsão, nossa economia sofreria as consequências negativas da alta dos juros americanos (fuga de capitais, depreciação cambial, aumento da inflação e dos juros internos, queda da atividade, etc.), mas não colheria os frutos decorrentes da retomada do crescimento naquele país, dado que, por hipótese, esta seria apenas temporária.

Essas incertezas da economia internacional não deverão se dissipar com facilidade ao longo de 2014, o que torna imperativa a correção de rumo da política econômica brasileira, especialmente na área fiscal. O superávit primário (resultado antes do abatimento dos juros) do setor público consolidado deverá cair, neste ano, para pouco mais de 1% do PIB, e isso fará com que o déficit nominal, medido pelo aumento da dívida pública líquida, suba dos atuais 3,5% do PIB para 4,6% do PIB no final de 2014.

Diante de tais números e na falta de uma sinalização firme (por meio de lei) de um ajuste fiscal de longo prazo, o rebaixamento da nota do Brasil por pelo menos uma das agências internacionais classificadoras de risco seria inevitável. A partir daí o mercado começaria a contagem regressiva para a perda do grau de investimento. Se isso ocorrer em ambiente de alta volatilidade internacional, as consequências para a economia brasileira podem ser desastrosas.

<b>Objetivos da gestão</b> A Política de Investimentos do Instituto de Previdência do Município de São Gonçalo do Amarante - RN- IPREV tem como objetivo estabelecer as diretrizes das aplicações dos recursos garantidores dos pagamentos dos segurados e beneficiários do regime, visando atingir a meta atuarial definida para garantir a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro e atuarial, tendo sempre presentes os princípios da boa governança, da segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência. A Política de Investimentos tem ainda, como objetivo específico, zelar pela eficiência na condução das operações relativas às aplicações dos recursos, buscando alocar os investimentos em instituições que possuam as seguintes características: solidez patrimonial, experiência positiva no exercício da atividade de administração de grandes volumes de recursos e em ativos de baixo risco. Para cumprimento do objetivo específico e considerando as perspectivas do cenário econômico, a política estabelecerá a modalidade e os limites legais e operacionais, buscando a mais adequada alocação dos ativos, à vista do perfil do passivo no curto, médio e longo prazo, atendendo aos normativos da Resolução nº 3922/10 do CMN.				
<b>Estratégia de formação de preços - investimentos e desinvestimentos</b> Os Ativos Financeiros integrantes da carteira do Instituto de Previdência do Município deverão ser marcados a valor de mercado buscando alcançar a meta proposta otimizando ganhos e possíveis perdas, através de estratégias de curto, médio e longo prazo observadas as regras e os procedimentos estabelecidos pelo Ministério da Previdência Social.				
<b>Critérios de Contratação - Administração de carteiras de renda fixa e renda variável</b> Precificação e Custódia Os Ativos Mobiliários integrantes da carteira do regime próprio do Instituto deverão ser marcados e comercializados a valor de mercado, buscando otimizar ganhos e minimizar a realização de possíveis perdas, observadas as regras e os procedimentos estabelecidos pelo Ministério da Previdência Social. Todos os ativos e valores mobiliários adquiridos pelo RPPS deverão ser registrados nos Sistemas de Liquidação e Custódia: SELIC, CETIP ou Câmaras de Compensação autorizadas pela CVM.  6.3.1. Stop Loss O RPPS utilizará o modelo de stop loss com o objetivo de eliminar perdas financeiras em consequência de movimentos adversos do mercado. O limite de stop loss adotado será o utilizado no modelo de controle de risco descrito no item 6.4, tanto para os segmentos de renda fixa e renda variável.  6.3.2. Realização de Lucros Para o segmento de renda fixa e variável, o RPPS adotará a estratégia de realizar o lucro excedente à variação do limite por artigo estabelecido para alocação dos recursos. O valor resgatado deverá ser realocado no segmento de renda fixa.  6.4. Controle do Risco de Mercado O RPPS, adota o VaR - Value-at-Risk para controle do risco de mercado, utilizando os seguintes parâmetros para o cálculo do mesmo:  Modelo não paramétrico; Intervalo de confiança de 95% (noventa e cinco por cento); Horizonte temporal de 21 dias úteis.  Os limites estabelecidos são: Segmento de Renda Fixa: 2,5% (dois e meio por cento) do valor alocado neste segmento. Segmento de Renda Variável: 15% (quinze por cento) do valor alocado neste segmento.  6.5. Controle do Risco de Crédito Na hipótese de aplicação de recursos financeiros do RPPS, que exijam classificação do risco de crédito das emissões e dos emitentes (instituições financeiras) serão considerados como de baixo risco os que estiverem de acordo com a tabela abaixo:				
Agência	Rating	Mínimo	Classificadora	de Risco
Standard	BBB-		&	Poors
Moody's	Baa3			
Fitch	BBB-			Rating
Tabela 1.				

<b>Testes Comparativos e de Avaliação para acompanhamento dos resultados dos gestores e da diversificação da gestão externa dos ativos</b> As anlises quantitativas e qualitativas acerca do desempenho da carteira e dos fundos de investimentos serão efetuados mensalmente, elaborando relatório que evidencie a evolução dos fundos em carteira, bem como de fundos que não estejam no portfólio para fins de comparação e tomada de decisão. A elaboração do relatório terá como pontos de análise: 1 - Variação do Benchmark 2 - Meta Atuarial 3 - Gerenciamento de Risco			
<b>Observações</b> SEM OBSERVAÇÕES			
<b>Declaração: A Política de Investimentos completa e a documentação que a suporta, encontra-se à disposição dos órgãos de controle e supervisão competentes</b>			
<b>Representante Legal do Ente:</b>	030.058.873-91 - JAIME CALADO PEREIRA DOS SANTOS	<b>Data:</b> __/__/__	<b>Assinatura:</b>
<b>Representante Legal da Unidade Gestora:</b>	021.437.684-27 - MICHELLE ARCANGELA SOUZA NORONHA	<b>Data:</b> __/__/__	<b>Assinatura:</b>
<b>Gestor de Recurso RPPS:</b>		<b>Data:</b> __/__/__	<b>Assinatura:</b>
<b>Responsável:</b>	011.097.694-07 - VITOR HUGO NOGUEIRA DA SILVA	<b>Data:</b> __/__/__	<b>Assinatura:</b>